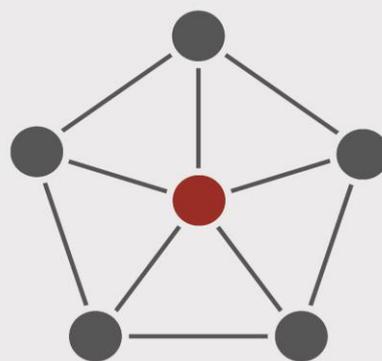


1ª Reunião Preparatória para o

# IX ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

BRASÍLIA - DF

## RELATÓRIO



1ª Reunião da Rede de  
Priorização  
do 1º Grau  
da Justiça

A nossa meta é você



Poder Judiciário  
**Conselho Nacional de Justiça**

**Presidente:** Ministro Ricardo Lewandowski

**Corregedora Nacional de Justiça:** Ministra Nancy Andrighi

**Conselheiros:** Ana Maria Duarte Amarante Brito  
Guilherme Calmon Nogueira da Gama  
Flavio Portinho Sirangelo  
Deborah Ciocci  
Saulo José Casali Bahia  
Rubens Curado Silveira  
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Gilberto Valente Martins  
Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira  
Gisela Gondin Ramos  
Fabiano Augusto Martins Silveira  
Emmanoel Campelo de Souza Pereira

**Secretário-Geral:** Fabrício Bittencourt da Cruz

**Organização:** Departamento de Gestão Estratégica (DGE)

# 1ª Reunião Preparatória 9º Encontro Nacional do Judiciário

## SUMÁRIO

1. Informações Gerais	
04	
2. Solenidade de Abertura	05
3. Temas estratégicos de relevância e divulgação dos resultados das Metas Nacionais de 2014.	07
4. Apresentação da Política de Priorização do Primeiro Grau	11
5. Apresentação de Painéis	14
5.1. “Subjetividade no trabalho: aspectos humanos envolvidos na atenção ao Primeiro Grau”	14
5.2. “Novo Modelo de Gestão no Poder Judiciário”	15
6. Reuniões da Rede de Priorização do Primeiro Grau	16
7. Reuniões da Estratégia Nacional	17
8. Plenária Final	17
8.1. Apresentações dos Resultados Estratégia Nacional	17
8.2. Apresentações dos resultados da Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição	18
9. Encerramento	19

## 1. Informações Gerais

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o apoio da Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF), realizou a **1º Reunião Preparatória para o 9º Encontro Nacional do Judiciário** em conjunto com a **1ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau**, nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2015, em Brasília.

O evento contou com a participação dos presidentes dos Tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, da Rede de Priorização do Primeiro Grau e das áreas de Gestão Estratégica, além de representantes de associações de magistrados e de entidades de servidores.

O principal objetivo da 1ª Reunião Preparatória foi expor o diálogo sobre temas estratégicos alinhados aos macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário. A 1ª Reunião da Rede de Priorização do 1º Grau, por sua vez, teve como foco a realização de diálogos institucionais sobre a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, instituída pela Resolução CNJ nº 194, de 26 de maio de 2014.

Ao longo deste Relatório, encontram-se referências, links e imagens dos principais acontecimentos do evento.

## 2. Solenidade de Abertura

O Presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, dando início à abertura do evento, cumprimentou e agradeceu a presença das autoridades que compuseram a mesa de abertura: a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi, o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Ministro Barros Levenhagen, o Presidente do Superior Tribunal Militar, Ministro William Barros, o Presidente do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, Desembargador Fábio Pietro, e o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Doutor Marcus Vinicius Furtado. Cumprimentou ainda todos os presentes e ressaltou a importância da presença dos Conselheiros e das Associações que representam a “voz” da primeira instância no evento.

O Ministro destacou a importância de interlocução acerca de decisões tão importantes para a construção de uma sociedade participativa. Apontou que o Poder Judiciário não deve estabelecer metas, diretrizes e determinações sem ouvir aqueles que são diretamente atingidos.

Salientou a importância de os tribunais traçarem planejamentos estratégicos com base em números, estatísticas e dados concretos da realidade do entorno fenomenológico no qual a sociedade se encontra.



Mesa de Abertura do Evento

Com relação à Política de Priorização do Primeiro Grau, enfatizou que o juiz de primeira instância é o responsável pelo primeiro contato com os conflitos sociais, e que esse juiz se encontra desassistido, seja pelas distâncias continentais do território brasileiro, seja pela precariedade das instalações materiais ou pela ausência de pessoal ou de instrumental técnico. Frisou ainda que o Primeiro Grau encontra-se desigual, também, com relação às estatísticas, com 93% do total de processos, apesar de apresentar o maior índice de produtividade. De acordo com o Presidente, agindo dessa maneira, a Política visa inverter as prioridades de forma que os juízes de primeiro

grau tenham realmente as condições necessárias para desempenharem bem o seu trabalho, tendo em vista que a prestação jurisdicional célere é um direito fundamental que se encontra inscrito na Constituição Federal.

O arquivo com a apresentação do Ministro Lewandowski pode ser acessado pelo [link](#):

[Apresentação: Ministro Ricardo Lewandowski](#)

Em seguida, o Ministro passou a palavra para a Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi, que destacou o programa denominado “Fale com a Corregedora”.

A Corregedora fez uma breve explanação sobre o programa, explicou que consiste na realização de reuniões com os desembargadores e juízes de todos os entes federados. Fez menção especial sobre a reunião ocorrida em Salvador/BA, onde encontrou um cenário preocupante com relação à primeira instância. Registrou o estabelecimento do regime especial de trabalho na comarca de Salvador, que contava uma vara cível com apenas dois servidores em funcionamento de dois turnos.

Por outro lado, segundo a Ministra, foi identificado um cenário favorável no segundo grau de jurisdição. Lembrou ainda que diante da desproporção desarrazoada, evidenciou-se a necessidade de decretar um regime especial de trabalho na comarca de Salvador.

A Ministra determinou, também, que se coloque em funcionamento uma central de mandados em que sejam distribuídos racionalmente os serviços para os oficiais de justiça, de acordo com a região geográfica.

Por fim, solicitou que o Diretor da Escola de Magistratura forme um grupo de alunos para trabalhar diretamente nas varas, a fim de juntar petições e arquivar processos.



Corregedora Nacional de Justiça

O arquivo com a apresentação da Corregedora-Nacional Nancy Andrighi pode ser acessado pelo [link](#):

[Apresentação: Nancy Andrighi](#)

### 3. Temas estratégicos de relevância e divulgação dos resultados das Metas Nacionais de 2014.

Após a abertura solene, foram apresentados os temas estratégicos de relevância sugeridos pelo CNJ e a divulgação dos resultados das Metas Nacionais de 2014, e para isso, compuseram a mesa o Conselheiro do CNJ, Dr. Fabiano Silveira, o Secretário-Geral do CNJ, Dr. Fabrício Bittencourt, o Juiz Auxiliar da Presidência do CNJ, Dr. André Felipe Gomma de Azevedo e a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ, Karina Yoshimura Alvarenga.



Mesa de apresentação dos temas estratégicos e de divulgação dos resultados das Metas Nacionais de 2014.

O Conselheiro Fabiano Silveira iniciou os trabalhos da mesa, registrando a importância das Reuniões Preparatórias para o 9º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocasião em que são fixadas novas metas em comum acordo com os tribunais.

Em seguida, foi passada a palavra para o Secretário-Geral do CNJ, Dr. Fabrício Bittencourt, que apresentou as peculiaridades dos quatro temas estratégicos propostos pelo CNJ para o ano de 2015 a serem dialogados no evento.



Secretário-Geral do CNJ

O Secretário-Geral ressaltou que o tema “Efetividade da Prestação Jurisdicional” propicia a troca de ideias e experiências sobre temas de repercussão geral, recursos repetitivos, incidentes de resolução de demandas repetitivas, desjudicialização e justiça restaurativa.

Dr. Fabrício Bittencourt explicou que a desjudicialização é um tema que necessita de análise e de implementação de política judiciária nacional de tratamento adequado de conflito de interesses, previsto na Resolução 125 do CNJ. Ressaltou que cabe ao Poder Judiciário organizar, em âmbito nacional, não apenas serviços relacionados aos processos judiciais, mas também mecanismos de solução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação, que ampliam as vias de acesso ao sistema de justiça. Lembrou que a “Justiça Restaurativa” constitui temática repleta de desafios e possibilidades e que, ao reconhecer o papel do Poder Judiciário para promover a paz social e a proteção dos direitos humanos deve-se considerar uma forma de incentivo para que todas as partes envolvidas em um conflito (vítima, comunidade e agressor) tenham de fato restauradas as suas relações sociais.

Quanto ao tema “Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil”, esclareceu que se sugerem debates sobre o impacto da nova Lei no sistema de justiça como um todo, bem como é esperada a atuação do CNJ com relação à regulamentação de diversos dispositivos previstos no Código.

O Secretário-Geral observou que o tema “Sistema Penitenciário e Socioeducativo” será discutido sob as perspectivas de concretização de direitos e de combate à cultura de encarceramento desnecessário. Segundo levantamento do CNJ, o Brasil ocupa a quarta posição mundial em termos de população carcerária, englobando 600 mil presos, ressaltou.

Já para o tema “Processo Judicial Eletrônico (PJe) e uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões”, lembrou que a última atualização do mapa de implantação do PJe aponta para um avanço significativo de 4 milhões de processos em tramitação eletrônica. Os esforços atuais são no sentido de atender aos pilares da usabilidade, da acessibilidade e da interoperabilidade, enfatizou.

O arquivo com a apresentação do Secretário-Geral pode ser acessado pelo [link](#):

[Apresentação: Secretário-Geral](#)

Em seguida, a Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE do CNJ destacou a importância da presença dos responsáveis pela unidade de gestão estratégica na construção da Estratégia Nacional, além de ressaltar o apoio imprescindível de cada representante da Rede de Governança Colaborativa, que incentiva a melhoria da gestão e dos resultados nos tribunais. O acompanhamento e a participação na concretização das metas apoiam o desenvolvimento do planejamento estratégico local sem perder de vista o alinhamento com os macrodesafios do Judiciário que seguirão até 2020, lembrou.



Diretora do DGE do CNJ

O arquivo com a apresentação da Diretora do DGE pode ser acessado pelo [link](#):

[Apresentação: Diretora do DGE](#)

Salientou ainda a formação da Rede de Priorização como um passo fundamental no sentido de conduzir o Judiciário a uma gestão estratégica democrática. Dessa maneira, faz-se necessário o apoio de cada tribunal para a ampliação da participação dos magistrados e servidores no processo de formulação das propostas de metas nacionais e prioridades estratégicas de 2016, acrescentou.

Com relação a esse cenário, a diretora apresentou as bases da nova modelagem da Estratégia Nacional e divulgou o material de orientação que demonstra as etapas do processo de formulação das metas nacionais e prioridades estratégicas. Esclareceu que a proposta visa a promoção de ações internas nos tribunais, que incentivem a participação e a representatividade na 1ª e 2ª Reuniões Preparatórias para o Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Em seguida, a diretora divulgou os resultados das metas nacionais de 2014, explicando cada uma:

- Com relação à meta 1, que possui foco em produtividade, observou que, desde 2010, à medida que os processos distribuídos aumentaram, os processos julgados também aumentaram. Outro aspecto positivo é o fato de que os

quantitativos de processos distribuídos e de processos julgados têm diminuído desde 2012.

- Quanto à meta 2, destinada a julgar os processos antigos a fim de promover a celeridade processual, observou que os Tribunais Superiores apresentaram bom desempenho no cumprimento. Na Justiça Federal, o cumprimento da meta ficou acima dos 90% e na Justiça Eleitoral 95%. A Justiça do Trabalho, Justiça Militar Estadual e o segundo grau da Justiça Estadual alcançaram desempenho superior ao estabelecido pela meta.
- Na meta 3, que tem por desafio a melhoria da distribuição da força de trabalho, a Diretora do DGE ressaltou que, apesar de os resultados terem sido bastante variáveis, 19 tribunais cumpriram integralmente a meta, restando possibilidade de melhorias para os demais. E que alguns pontos da meta podem ser destacados, como o requisito de estrutura mínima das unidades de apoio direto, atendido em 91% no primeiro grau e 71% no segundo, e a definição da estrutura mínima, que foi atendida em 84% no primeiro grau e em 65% no segundo grau.
- Com relação à meta 4, que visa a impulsionar o julgamento das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, esclareceu que, do passivo de cerca de 198 mil ações distribuídas até 2012, foram julgadas cerca de 110 mil até 2014, sendo 21 mil relacionadas à improbidade administrativa e 89 mil aos crimes contra a administração pública.
- Já a meta 5, cujo foco é a redução do congestionamento no cumprimento de sentenças e execuções fiscais e não fiscais, destacou que na Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais da Primeira Região e da Segunda Região reduziram a taxa de congestionamento. Na Justiça do Trabalho, em que a taxa média nas execuções não fiscais deveria ser reduzida de 69% para 66%, alcançou a taxa de 66%, e nas execuções fiscais reduziu em 3%.
- Por fim, esclareceu que, da meta 6, que tem por finalidade impulsionar o julgamento das ações coletivas, a Justiça Estadual cumpriu 59% da meta no primeiro grau e 30% no segundo grau. Já a Justiça do Trabalho cumpriu 54% no primeiro grau e 67% no segundo grau. O TST cumpriu 100% da meta.

## 4. Apresentação da Política de Priorização do Primeiro Grau

Compuseram a mesa os Conselheiros Rubens Curado, Flávio Sirangelo, Débora Ciocci, Saulo Casali Bahia e a Juíza Auxiliar da Corregedoria do CNJ, Desembargadora Márcia Maria Milanez, com o objetivo de abordar aspectos da Política de Priorização do Primeiro Grau.



Composição da Mesa de apresentação da Política de Priorização do Primeiro Grau

O presidente da mesa, Conselheiro Flávio Sirangelo, cumprimentou a todos e realizou breve exposição sobre a Política de Priorização do Primeiro Grau.

Na sequência, passou a palavra para o Conselheiro Rubens Curado, que enfatizou a necessidade de realizar um nivelamento de informações acerca dos conceitos e da ideia da Política da Priorização do Primeiro Grau. Destacou as principais razões de se implementar essa Política, e explicou o surgimento da política a partir de informações estatísticas, como as que indicam que 93% dos quase 95 milhões de processos, em tramitação em 2013 no país, estavam na primeira instância.

Em seguida, ressaltou que a política do CNJ para a primeira instância pretende solucionar as causas históricas de acúmulo de processos, tendo como premissa a preocupação com o ser humano. Afirmou ser necessário prover o Judiciário de condições adequadas para que magistrados e servidores do primeiro grau possam prestar um serviço judiciário de qualidade.

Explanou sobre a carga de congestionamento e de trabalho do primeiro grau, que se encontram maiores em relação à carga nos demais graus de jurisdição, requerendo, assim, uma atenção especial. Atentou para o índice de produtividade, que se apresenta 30% superior com relação à segunda instância. Essas são algumas das razões para que o CNJ privilegie o diálogo entre os magistrados e o debate sobre o tema, para concretizar a promessa constitucional da razoável tramitação dos processos, acrescentou.

Mencionou o marco regulatório da política presente na Resolução CNJ n. 194/2014, que definiu nove linhas de atuação e instituiu a Rede de Priorização, entre

outras peculiaridades para implementação da Política. Ressaltou, também, que a intenção do evento é fomentar as discussões dos segmentos, a fim de enriquecer o diálogo e propiciar a troca de experiências entre os tribunais.

Fez destaque quanto à preocupação da Política com a adequação orçamentária entre o primeiro e o segundo grau, conforme previsto na Resolução CNJ n. 195/2015. Informou, ainda, que a exigência atual consiste basicamente na divulgação dos orçamentos de primeiro e segundo graus nos sites dos tribunais na Internet, além de repassar ao Comitê Gestor da Política de Priorização do Primeiro Grau essas informações.

Reforçou a importância dos Comitês Regionais para o desenvolvimento da Política por meio do compartilhamento das informações de cada tribunal, principalmente quanto ao monitoramento e à concretização da Política. Citou, ainda, a existência de uma página no site do CNJ para tratar do compartilhamento de iniciativas e informações acerca da Política de Priorização, além de contatos dos comitês gestores.



Conselheiro Rubens Curado

O arquivo com a apresentação do Conselheiro Rubens Curado pode ser acessado pelo [link](#).

[Apresentação: Conselheiro Rubens Curado](#)

Na sequência, foi apresentado pela Secretária de Comunicação do CNJ, Giselly Siqueira, o plano de comunicação da Política de Priorização do Primeiro Grau. Trata-se de uma campanha institucional cujos objetivos principais são: comunicar as ações relacionadas à Rede de Priorização do Primeiro Grau; divulgar os contatos dos comitês regionais e seus respectivos representantes; e divulgar os principais resultados relacionados à Política. Além disso, o plano visa mobilizar juízes e servidores a participarem dos comitês regionais.



Secretária de Comunicação do CNJ

A Secretária demonstrou a identidade visual da campanha, que deverá ser utilizada em todos os documentos produzidos para promoção da Política. O logotipo visa demonstrar que a justiça é una e que, se algum dos elos da rede não funcionar, a Política também não funcionará.

Esclareceu que a campanha será desenvolvida em fases. A primeira delas envolve: o envio à Rede de Priorização de um vídeo de mobilização e sensibilização acerca dos objetivos da campanha; o trabalho integrado com a assessoria de imprensa de todos os tribunais; e a disponibilização de cartazes e folders para todas as unidades e varas do Brasil, personalizados com o nome do tribunal participante.

A segunda etapa será essencialmente de sensibilização, em que o CNJ pretende fazer vídeos de depoimentos acerca da realidade do primeiro grau, além de divulgar as boas práticas identificadas.

A terceira, por se tratar de uma atividade contínua, será a divulgação de resultados do “antes e depois”, as iniciativas realizadas, as mudanças e os avanços da Política de Priorização do Primeiro Grau.

A exposição da Política de Priorização do Primeiro Grau foi encerrada pelo Conselheiro Flávio Sirangelo, que registrou sua opinião sobre a importância da Política de Priorização e a complexidade do tratamento das questões relacionadas à primeira instância.

## 5. Apresentação de Painéis

Para a apresentação do painel, compuseram a mesa o Secretário-Geral Adjunto do CNJ, Dr. Bruno Ronchetti de Castro, o Professor da Universidade de São Paulo, Dr. Laerte Idal Sznelwar e o Diretor da Elo Group, Sr. André Macieira.

### 5.1. “Subjetividade no trabalho: aspectos humanos envolvidos na atenção ao Primeiro Grau”

O Professor Dr. Laerte Idal Sznelwar, na qualidade de coordenador da pesquisa *“Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional”* realizou explanação sobre o tema *“Subjetividade no trabalho: aspectos humanos envolvidos na atenção ao primeiro grau”*, relatou ainda os principais resultados da pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2013.

O trabalho parte da perspectiva da saúde mental dos magistrados e servidores, considerando os aspectos da psicodinâmica dos envolvidos. Afirmou que o trabalho não pode ser reduzido a atuações mecânicas e defendeu a criação de espaços formais para trocas entre os profissionais, assim como a ampla discussão dos métodos de avaliação, uma vez que o desempenho não se mede apenas por números, mas por questões subjetivas. Em sua opinião, na ausência de cooperação, abre-se espaço para a descrença e para a desagregação das pessoas.

Mostrou que a pesquisa enfatizou a relação entre meios e fins. Os indicadores de produção, que servem para tratar dos resultados dos planos e metas, no mais das vezes não consideram aspectos fundamentais desse tipo de construção, tais como a importância da construção da relação e as mudanças significativas do cidadão no processo de produção. Assim, não se pode querer comparar. Nenhuma relação de serviços é igual, mesmo quando se procura oferecer um serviço equitativo, como no caso do serviço público. O princípio da impessoalidade e da garantia de direitos iguais diz respeito a como devem ser proporcionados esses serviços. Todavia, do ponto subjetivo do trabalho, é difícil querer equiparar essas diferenças, frisou.

Dr. Laerte Idal Sznelwar destacou que os resultados indicaram a importância do espaço informal de troca. Desse modo, as instituições devem pensar de que maneira se constituíram os ambientes de forma a proporcionar um ambiente de confiança. Do contrário, pode-se criar ambientes de desconfiança, de forma a não propiciar a divisão dos recursos e dificultar a organização dos trabalhos.

Reforçou a importância das iniciativas do CNJ de incentivar a participação de magistrados na construção de políticas e de ações, pois, ao compartilhar o trabalho real e as dificuldades, colabora não apenas com a construção da saúde mental dos profissionais, como também com a melhoria das instituições. Para ele, ainda que a individualidade seja importante, é preciso trabalhar a motivação coletiva, valorizando o trabalho do profissional e associando a atividade a algo que resulte em mudanças positivas na sociedade.

Outra questão fundamental sobre a motivação abordada pelo professor foi “o que motiva cada um”, ou seja, a reflexão acerca do que mobiliza pessoas. Por exemplo, para um juiz o que seria fundamental? Deve-se analisar de que maneira o agir propicia condições para transformações nas relações de trabalho. A frustração aparece quando, apesar de tudo que as pessoas fazem, as coisas não mudam, e, sobretudo, da falta de reconhecimento e do sentimento de injustiça com aquilo que cada um ou a equipe fez.

Por conseguinte, afirma que o trabalho tem extrema importância na vida do trabalhador, precisa ser reconhecido pelos colegas, e precisa ser útil. Além disso, o trabalhador necessita saber se o que ele fez dentro da instituição foi ou não suficiente.

Outro assunto abordado foi a complexidade sobre a questão de gênero no Poder Judiciário, em que as mulheres lidam e vivenciam em um ambiente predominantemente masculino, ou ainda casos de homossexualidade, em que as relações interpessoais impactam diretamente nas relações do trabalho.

O professor citou, ainda, a importância de se reforçar o sentimento de pertencimento, de coleguismo nas instituições, principalmente a possibilidade de compartilhar experiências e criar o valor da confiança e do sentimento de justiça. A cooperação deve emergir de onde possa ser possível deliberar, finalizou.

O arquivo com a apresentação do Professor Laerte Idal Sznelwar pode ser acessado pelo *link*:

[Apresentação: Professor Idal Sznelwar](#)

O Secretário-Geral Adjunto do CNJ, Dr. Bruno Ronchetti de Castro, mencionou a interface entre a pesquisa e as ações realizadas de incentivo de magistrados na elaboração das metas, na valorização da carreira e do primeiro grau de jurisdição. Além disso, um dos aspectos fundamentais apontados na pesquisa trata-se da importância de as instituições propiciarem espaços de construção coletiva, o que está em consonância com as ações que vêm sendo promovidas pelo CNJ, complementou.

## 5.2. “Novo Modelo de Gestão no Poder Judiciário”

Em seguida, foi apresentado o segundo painel, intitulado “Boas Práticas para Gestão do Poder Judiciário”, pelo Sr. André Macieira.

Inicialmente divulgou o projeto que vem sendo desenvolvido, com o intermédio do CNJ e em parceria com o Banco Mundial, intitulado “Diagnóstico e Fortalecimento do Judiciário Estadual por meio do CNJ”. O projeto tem como objetivo diagnosticar formas de construção, planejamento e alocação de recursos humanos e orçamentários, com vistas a propor critérios, métodos e processos organizacionais ao primeiro grau, como suporte ao modelo de gestão. Após identificar problemas e limitações de dez tribunais estaduais, de pequeno, médio e grande portes, de norte a

sul do país, apresentou ações e modelos que possibilitam melhoria na prestação jurisdicional, sendo executados em três tribunais: TJ-MG, TJ-MT e TJ-TO.

Esclareceu ainda que o foco de trabalho do projeto é a vara judiciária, os processos nela realizados e os recursos orçamentários e de pessoas disponíveis. Os casos abordados consideraram dois aspectos: recursos humanos e recursos orçamentários. E que foram realizados “clusters” nas varas e criados subgrupos menores para avaliar o modelo de gestão sob duas perspectivas: congestionamento e produtividade. Foi construída uma matriz de categorização de produtividade: faixa branca (baixa produtividade); faixa verde (produtividade intermediária); e faixa preta (alta produtividade). Ressaltou que essa categorização foi tratada de forma cuidadosa para evitar rotulações e estereótipos.

Por fim, ressaltou que o projeto visa proporcionar uma mudança cultural que entrega mais justiça para a sociedade, além de criar maior satisfação em magistrados e servidores por presenciarem as mudanças acontecerem.

O arquivo com a apresentação do Sr. André Macieira pode ser acessado pelo *link*:

[Apresentação: Sr André Macieira](#)

## 6. Reuniões da Rede de Priorização do Primeiro Grau

Na manhã do dia 6 de maio, magistrados e servidores se reuniram para discutir formas de melhoria do serviço prestado pelo primeiro grau de jurisdição. É importante ressaltar que os grupos de discussão foram divididos em regiões geográficas, com tribunais de todos os segmentos de justiça juntos.



Reuniões setoriais

No período vespertino, os integrantes da Rede de Priorização do Primeiro Grau reuniram-se em segmentos de justiça para discutir questões relacionadas aos segmentos de justiça.

## 7. Reuniões da Estratégia Nacional

As reuniões mistas de diálogo sobre temas estratégicos de relevância para o Judiciário propostos pelo CNJ foram realizadas concomitantemente com a reunião da Rede de Priorização do Primeiro Grau, na manhã do segundo dia do evento. Magistrados e servidores dividiram-se em salas mistas, com a participação de todos os segmentos de justiça.

Foram discutidos os seguintes temas estratégicos:

- ✚ Efetividade da prestação jurisdicional
  - Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas
  - Desjudicialização e justiça restaurativa
- ✚ Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil (CPC)
- ✚ Sistema penitenciário e socioeducativo: concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário
- ✚ PJe e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões

Na tarde do mesmo dia, os integrantes da Rede de Governança Colaborativa reuniram-se em segmentos de justiça. Foram dois os objetivos dessa reunião: disponibilizar espaço para eleição de coordenadores da rede, caso necessário; e discutir questões relevantes para os segmentos de justiça relacionadas aos temas estratégicos de relevância para o Judiciário em 2015.

## 8. Plenária Final

### 8.1. Apresentações dos Resultados Estratégia Nacional

Na manhã do terceiro dia de reuniões, os segmentos de justiça apresentaram os resultados dos trabalhos realizados.

Compuseram a mesa o Conselheiro do CNJ Gilberto Valente, a Corregedora da Justiça Militar da União, Dra Telma Angélica Alvarenga, o Assessor de Gestão Estratégica do Tribunal Superior Eleitoral, Fabiano de Andrade Lima, o Assessor de Gestão Estratégica do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Otávio Borges de Moura, o Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, Dr. Alexandre Luiz Ramos, o Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Dr. Raduan Miguel e o Secretário de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal Ivan Gomes Bonifácio.

O Conselheiro Gilberto Valente reconheceu o empenho dos tribunais para o cumprimento das metas de 2014, e destacou o trabalho exemplar dos tribunais de Justiça Estaduais de Sergipe e de Roraima, dos Tribunais Regionais do Trabalho da 3ª e da 23ª Regiões, dos Tribunais Regionais Eleitorais do Mato Grosso do Sul e de Roraima e do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, que por cinco anos consecutivos

cumpriram integralmente a meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Também registrou o trabalho exemplar do Superior Tribunal Militar, dos Tribunais de Justiça Estaduais do Paraná e do Mato Grosso do Sul, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, que por 3 anos consecutivos cumpriram integralmente a meta 1.

Ainda foram destacados os tribunais que cumpriram acima de 80% da atual meta 4, referente ao combate à corrupção (ações de improbidade administrativa e ações penais), anteriormente chamada de meta 18. São eles o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal Militar, os Tribunais de Justiça do Acre, do Amapá e do Distrito Federal e Territórios e os Tribunais Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões. Destacou, também, que a Justiça Militar Estadual cumpriu 97% da meta, sendo que o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo cumpriu 100%.

As apresentações realizadas por representantes dos segmentos de justiça podem ser visualizadas nos seguintes links.

#### **Justiça do Trabalho**

[Apresentação: Justiça do Trabalho](#)

#### **Justiça Federal e STJ**

[Apresentação: Justiça Federal e STJ](#)

#### **Justiça Militar**

[Apresentação: Justiça Militar](#)

#### **Justiça Eleitoral**

[Apresentação: Justiça Eleitoral](#)

#### **Justiça Estadual**

[Apresentação: Justiça Estadual](#)

## **8.2. Apresentações dos resultados da Rede de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição**

Compuseram a mesa o Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Flávio Sirangelo, que a presidiu, o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, Dr. Marcelo Adriano Menacho dos Anjos, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará, Dr. Jucimar Novochadlo, o representante do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Dr. Carlos Silva, o Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Ricardo Pip Schimidt e o Secretário de Desenvolvimento Institucional do Conselho da Justiça Federal, Ivan Gomes Bonifácio.



Composição da mesa da Plenária Final da Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição

As apresentações realizadas por representantes dos segmentos de justiça podem ser visualizadas nos seguintes links.

#### **Justiça do Trabalho**

[Apresentação: Justiça do Trabalho](#)

#### **Justiça Estadual**

[Apresentação: Justiça Estadual](#)

#### **Justiça Eleitoral**

[Apresentação: Justiça Eleitoral](#)

#### **Justiça Militar**

[Apresentação: Justiça Militar](#)

#### **Justiça Federal**

[Apresentação: Justiça Federal](#)

## **9. Encerramento**

Compuseram a mesa de encerramento os Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça, Ana Maria Amarante, Flávio Portinho Sirangelo, Saulo José Casali Bahia, Rubens Curado e Gilberto Valente Martins.

Foi destacado pelo Conselheiro Rubens Curado que, no tocante à Gestão Estratégica, o próximo passo é o de uma maturação das questões e reflexões resultantes das discussões em torno dos temas estratégicos que aconteceram nas reuniões setoriais. Desse modo, os tribunais deverão proporcionar discussões internas com magistrados e servidores antes da 2ª Reunião Preparatória, quando então serão definidas propostas de metas e prioridades estratégicas a serem apresentadas no 9º

Encontro Nacional do Poder Judiciário. Para tanto, destacou a importância dos representantes dos tribunais na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

No tocante à Priorização do Primeiro Grau, o Conselheiro destacou a percepção de um desnivelamento entre os tribunais, o que requer medidas urgentes para implementação completa da política de Priorização do 1º Grau.

Desse modo, ressaltou que as diversas sugestões e iniciativas resultantes do encontro deveriam ser levadas aos tribunais, para que de fato a realidade do primeiro grau possa mudar. Tais sugestões e iniciativas serão, ainda, levadas para discussões no Comitê Gestor da Política de Priorização do Primeiro Grau, o que poderá resultar em recomendações de trabalho a curto prazo para as urgências existentes.

O Conselheiro sugeriu a replicação da 1ª Reunião do Comitê dentro de cada tribunal, com o intuito de multiplicar a ideia de envolvimento de todos os magistrados e servidores, formando um grande fórum de discussão da Política em todo o Brasil. Sugere, ainda, a replicação da boa prática de criação de subcomitês, já adotadas por alguns tribunais, de forma a se trabalhar em rede.

O Conselheiro Rubens Curado encerrou seu discurso afirmando que o Judiciário é uno, apesar das divisões de atribuições de competências, e que, portanto, precisamos trabalhar irmanados em prol de nossa instituição.

O Conselheiro Saulo Casali Bahia encerrou o evento ressaltando a importância do CNJ que, de forma paradigmática, realiza as reuniões preparatórias com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, em que todos, de viva voz, possam falar e ser ouvidos.



Composição da mesa de encerramento do evento

O arquivo com o encerramento pode ser acessado pelo *link*:

[Apresentação: Encerramento](#)